

MP-PA

Analista Jurídico

Ministério Público
do Pará



Edital **verticalizado**

I – CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS)

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO

- 1 Ética, princípios e valores.
- 2 Ética e função pública.
- 3 Ética no setor público.
 - 3.1 Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
- 4 Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações.
 - 4.1 Disposições gerais.
 - 4.2 Atos de improbidade administrativa.
- 5 Lei Federal nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).
- 6 Lei Federal nº 13.140/2015: dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

1. Lei Estadual nº 5.810/1994 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.
2. Lei Estadual nº 9.341/2021 – Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007.
3. Lei Complementar Estadual nº 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.1 Princípios fundamentais.
 - 2 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
 - 2.2 Normas programáticas.
 - 3 Direitos e garantias fundamentais.
 - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
 - 4 Organização político-administrativa do Estado.
 - 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
 - 5 Poder executivo.
 - 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
 - 6 Poder legislativo.
 - 6.1 Estrutura.
 - 6.2 Funcionamento e atribuições.
 - 6.3 Processo legislativo.
 - 6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 6.5 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 7 Poder judiciário.
 - 7.1 Disposições gerais.
 - 7.2 Órgãos do poder judiciário.
 - 7.2.1 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - 7.2.1.1 Composição e competências.
 - 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.1.1 Disposições gerais.

- 8.1.2 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
- 8.1.3 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- 8.2 Advocacia Pública.
- 8.3 Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
 - 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.
 - 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
 - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.
 - 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos.
 - 4.1 Legislação pertinente.
 - 4.1.1 Lei nº 8.112/1990.
 - 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.
 - 4.2 Disposições doutrinárias.
 - 4.2.1 Conceito.
 - 4.2.2 Espécies.
 - 4.2.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.2.4 Provimento.
 - 4.2.5 Vacância.
 - 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.2.7 Remuneração.
 - 4.2.8 Direitos e deveres.
 - 4.2.9 Responsabilidade.
 - 4.2.10 Processo administrativo disciplinar.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 5.2 Uso e abuso do poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo.
 - 6.1 Conceito.
 - 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado.
 - 7.1 Evolução histórica.
 - 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.

- 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 7.6 Reparação do dano.
- 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos.
- 8.1 Conceito.
- 8.2 Elementos constitutivos.
- 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
- 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.
- 8.5 Classificação.
- 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
- 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
- 9.2 Administração direta e indireta.
- 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública.
- 10.1 Controle exercido pela administração pública.
- 10.2 Controle judicial.
- 10.3 Controle legislativo.
- 11 Noções de Licitações e contratos administrativos.

II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ANALISTA JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
- 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo.
- 2.1 Conceito.
- 2.2 Objeto.
- 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
- 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
- 3.2 Extinção do ato administrativo.
- 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
- 3.3 Decadência administrativa.

- 4 Agentes públicos.
 - 4.1 Conceito.
 - 4.2 Espécies.
 - 4.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.3.1 Provimento.
 - 4.3.2 Vacância.
 - 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.4 Remuneração.
 - 4.5 Direitos e deveres.
 - 4.6 Responsabilidade.
 - 4.7 Processo administrativo disciplinar.
 - 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 5.2 Uso e abuso de poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo.
 - 6.1 Conceito.
 - 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado.
 - 7.1 Evolução histórica.
 - 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 7.6 Reparação do dano.
 - 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos.
 - 8.1 Conceito.
 - 8.2 Elementos constitutivos.
 - 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
 - 8.4 Delegação.
 - 8.4.1 Concessão, permissão e autorização.
 - 8.5 Classificação.
 - 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
 - 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.
 - 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública.
 - 10.1 Controle exercido pela administração pública.

- 10.2 Controle judicial.
- 10.3 Controle legislativo.
- 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).
- 11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).
- 12 Licitações e contratos administrativos.
 - 12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
 - 12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
 - 12.3 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.
- Bens públicos. Regime jurídico. Aquisição e alienação. Formas de utilização por particulares.
- Intervenção do Estado na propriedade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
 - 1.2 Normas programáticas.
- 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 2.1 Princípios fundamentais.
 - 2.2 Direitos e garantias fundamentais.
 - 2.3 Organização político-administrativa do Estado.
 - 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
 - 2.3.2 Intervenção; administração pública (disposições gerais, dos servidores públicos, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).
 - 2.4 Poder Executivo.
 - 2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
 - 2.5 Poder Legislativo.
 - 2.5.1 Estrutura.
 - 2.5.2 Funcionamento e atribuições.
 - 2.5.3 Processo legislativo.
 - 2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 2.6 Poder Judiciário.
 - 2.6.1 Disposições gerais.
 - 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.
 - 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
 - 2.7 Funções essenciais à justiça: Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público.
- Constituição: Conceito, classificação, interpretação e aplicação.

Poder Constituinte.

Controle de constitucionalidade: sistemas e mecanismos; ações do controle concentrado: espécies e efeitos; súmula vinculante; repercussão geral.

Ordem Social: meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso, educação, índios.

Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.

1.2 Conflito das leis no tempo.

1.3 Eficácia das leis no espaço.

2 Pessoas naturais.

2.1 Conceito.

2.2 Início da pessoa natural.

2.3 Personalidade.

2.4 Capacidade.

2.5 Direitos da personalidade.

2.6 Nome civil.

2.7 Estado civil.

2.8 Domicílio.

2.9 Ausência.

3 Pessoas jurídicas.

3.1 Disposições Gerais.

3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.

3.3 Constituição.

3.4 Extinção.

3.5 Capacidade e direitos da personalidade.

3.6 Sociedades de fato.

3.7 Associações.

3.8 Sociedades.

3.9 Fundações.

3.10 Grupos despersonalizados.

3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.

3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

4 Bens.

4.1 Diferentes classes.

4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.

- 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Classificação e interpretação.
 - 6.3 Elementos.
 - 6.4 Representação.
 - 6.5 Condição, termo e encargo.
 - 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
 - 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
 - 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Do direito das obrigações: modalidades das obrigações. Transmissão. adimplemento e extinção. Inadimplemento.
- 11 Contratos.
 - 11.1 Princípios.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Contratos em geral.
 - 11.4 Disposições gerais.
 - 11.5 Interpretação.
 - 11.6 Extinção.
 - 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 12 Direitos reais.
 - 12.1 Espécies.
- 13 Do Direito de Família: direito pessoal, casamento, relações de parentesco, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos Alimentos; da Tutela, Curatela, e da Tomada de Decisão Apoiada.
- 14 Do direito das Sucessões: sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.
- 15 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 16 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).
- 17 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor);

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 2 Normas processuais civis.
- 3 A jurisdição.

- 4 A Ação.
- 4.1 Conceito, natureza, elementos e características.
- 4.2 Condições da ação.
- 4.3 Classificação.
- 5 Pressupostos processuais.
- 6 Preclusão.
- 7 Sujeitos do processo.
- 7.1 Capacidade processual e postulatória.
- 7.2 Deveres das partes e procuradores.
- 7.3 Procuradores.
- 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
- 7.5 Litisconsórcio.
- 8 Intervenção de terceiros.
- 9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
- 10 Ministério Público.
- 11 Advocacia Pública.
- 12 Defensoria Pública.
- 13 Atos processuais.
- 13.1 Forma dos atos.
- 13.2 Tempo e lugar.
- 13.3 Prazos.
- 13.4 Comunicação dos atos processuais.
- 13.5 Nulidades.
- 13.6 Distribuição e registro.
- 13.7 Valor da causa.
- 14 Tutela provisória.
- 14.1 Tutela de urgência.
- 14.2 Disposições gerais.
- 15 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
- 16.1 Procedimento comum.
- 16.2 Disposições Gerais.
- 16.3 Petição inicial.
- 16.4 Improcedência liminar do pedido.
- 16.5 Contestação, reconvenção e revelia.
- 16.6 Providências preliminares e de saneamento.
- 16.7 Julgamento conforme o estado do processo.
- 16.8 Provas.
- 16.9 Sentença e coisa julgada.
- 16.10 Cumprimento da sentença.
- 16.11 Disposições Gerais.

- 16.12 Cumprimento.
- 16.13 Liquidação.
- 17 Processos de execução.
- 18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 19 Disposições finais e transitórias.
- 20 Mandado de segurança.
- 21 Ação popular.
- 22 Ação civil pública.
- 23 Ação de improbidade administrativa.
- 24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Das ações de família. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável. Da interdição. Das disposições comuns à tutela e à curatela. Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 040/2017/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação dos feitos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público do Ceará, estabelece o fluxograma desses feitos).

DIREITO PENAL

- 1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.
- 2 Aplicação da lei penal. Do crime. Imputabilidade penal.
 - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.2 Tempo e lugar do crime.
 - 2.3 Interpretação da lei penal.
 - 2.4 Analogia.
 - 2.5 Irretroatividade da lei penal.
 - 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Illicitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de Pessoas. Das medidas de segurança.
- 6 Penas.
 - 6.1 Espécies de penas.
 - 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra o patrimônio.
- 11 Crimes contra a fé pública.
- 12 Crimes contra a Administração Pública.

- 13 Crimes contra a dignidade sexual.
- 14 Crimes contra a família.
- 15 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos). Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente).
- 16 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).
- 17 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 18 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).
- 19 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).
- 20 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura).
- 21 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações. 22 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações.
- 23 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.
- 2 Sistemas e princípios fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Fase pré-processual.
- 4.1 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 5.1 Elementos identificadores da relação processual.
- 5.2 Formas do procedimento.
- 5.3 Princípios gerais e informadores do processo.
- 5.4 Pretensão punitiva.
- 5.5 Tipos de processo penal.
- 6 Ação penal.
- 7 Ação civil Ex Delicto.
- 8 Jurisdição e competência.
- 9 Questões e processos incidentes.
- 10 Prova.
- 11 Sujeitos do Processo.
- 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).
- 13 Citações e intimações. 14 Atos processuais e atos judiciais.
- 15 Procedimentos. 15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).
- 16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações

(juizados especiais cíveis e criminais).

17 Prazos.

17.1 Características, princípios e contagem.

18 Nulidades.

19 Recursos em geral.

20 Habeas corpus e seu processo.

21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).

22 Disposições gerais do Código de Processo Penal.

Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações.

Lei nº 11.340/2006 e suas alterações.

Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.

Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

Resolução nº 003/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 052/2019/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal).



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br